

8ª Reunião Ordinária da CT-FLOR
SUPES IBAMA/MG, Belo Horizonte

Em 20 de janeiro de 2017, às 09 horas, foi iniciada a 8ª reunião ordinária da Câmara Técnica de Restauração Florestal e Produção de Água - CT-FLOR, com uma breve apresentação dos presentes, conforme lista anexa, e informes gerais. Por meio de videoconferência, também participaram da reunião representantes do IEMA/ES, Frederico, Vinicius e Ana (IEMA), os dois últimos também representando a CT-Biodiversidade.

MANHÃ

a) Informes

Como parte dos **informes**, Ana Alice (Diretora da DBFLO/IBAMA), comunicou que, por determinação da Presidente do IBAMA, seguirá na coordenação da CT-FLOR, assessorada pela equipe do Núcleo de Apoio ao Rio Doce do IBAMA (NAP-Doce). Informou ainda a necessidade de realizar algumas inversões na pauta, sendo que alguns pontos ficarão para próxima reunião (apresentações do IEF e do IEMA). Gustavo Bediaga (coordenador do NAP-Doce) informou sobre a realização da fase Argos III da Operação Águas e também do curso de capacitação realizado em campo, ambos realizados em novembro de 2016, com objetivo de promover alinhamentos no diagnóstico e proposições das soluções técnicas para a recuperação da ÁREA AMBIENTAL 1. Luciane (Pref. Gov. Valadares e CBH-DOCE) informou o andamento da escolha das áreas para realização do projeto-piloto, conforme discutido nas reuniões anteriores, e da recuperação das nascentes. Comunicou ainda que o comitê da bacia do Rio Suaçuí indicou 4 municípios para início das recuperações e necessidade de fiscalização quanto ao uso. Como último informe, a Coordenação comunica que a ata da 7ª reunião estará disponível na pasta de acesso pelos membros no Google Drive por mais 5 dias para colaborações, após isso será considerada aprovada.

b) Apresentação sobre proposta de conceito de “área de recarga” (Raquel Lacerda – NAP-Doce).

Seguindo a pauta e conforme demandado na última reunião, a primeira apresentação foi a da analista ambiental Raquel Lacerda, com a proposta para adoção consensuada de um **conceito de “área de recarga”**, no âmbito dos programas socioambientais de responsabilidade da CT-FLOR. Após apresentação, foram feitas colocações pelo CBH, Fundação e IBio. Jader (CBH-Doce) expôs a necessidade de se dar celeridade às discussões, para que as ações sejam logo implementadas. Defendeu que as discussões não se prendam a definições, técnicas e metodologias já sacramentadas, inclusive no PIRH. Gustavo defendeu que a definição de premissas é fundamental para o planejamento e orientação das ações futuras, de modo a se evitar problemas futuros na sua execução. Thomaz (IBio) identificou a necessidade de se pensar como sobrepôr a restauração com a sistemas de produção clássicos, já que grande parte das áreas de recarga coincidem com as unidades da bacia de maior interesse econômico. Representante da

Fundação RENOVA defendeu ser importante definir indicadores para a restauração para que seja entregue o que se espera dos programas.

Encaminhamento: após discussão, aprovou-se o conceito proposto, cabendo sua consolidação para informação ao CIF sobre o entendimento de área de recarga.

c) Apresentação dos valores estimados para o programa de restauração (Rossini – ANA)

Como segundo ponto de pauta, deu-se início à apresentação da ANA com **valores estimados para o programa de restauração**, pelo especialista de recursos hídricos Rossini (ANA). Ele identificou que, embora a recuperação prevista no programa seja de 40 mil ha, a área total nas propriedades “a ser trabalhada” será de 134 mil ha, considerando que os 40 mil estarão alocados em APP’s e RL’s (30% da propriedade). Ele propôs dividir as ações em ações de recuperação (plantio e regeneração = 40 mil) e ações adicionais (nas áreas produtivas), sendo seguido minimamente o que estiver definido no CAR. Indicou, por meio de fluxograma, a necessidade de se definir parcerias, avançar no diagnóstico das áreas (curto e médio/prazo) e nas etapas propostas para execução. Apresentou a seguir estimativa dos custos, prevendo investimentos na agricultura e práticas sustentáveis, conservação do solo e água, cercamento etc, e orçamentos calculados por exemplos de projetos já executados. Após a apresentação, Ana Alice lembrou que estimativas, elaboração do edital etc, devem ser propostos pela Fundação, com base nas premissas da CT-FLOR. A Fundação ressaltou a necessidade de se avaliar a proposta da ANA para novas discussões. O IEMA (Ana), por videoconferência, colocou a necessidade de se associar os levantamentos a outras discussões em andamento, como o banco de dados com o cadastro de espécies, cadastro das propriedades atingidas (Cláusula 180), conservação de fauna e flora terrestre (Cláusula 168) etc. Gustavo sugeriu incluir essa discussão como ponto de pauta em uma próxima reunião.

TARDE

d) Apresentação de modelo edital para o programa Produtor de Águas (Rossini – ANA)

Foi feita a apresentação do especialista em recursos hídricos Rossini (ANA) do modelo de **edital proposto com base no programa produtor de águas**, com as contribuições dos membros da CT-FLOR, para dar andamento à Cláusula 161, de acordo com a Deliberação CIF nº 27/2016 (modelo operativo). Esclareceu que a função básica é dar abertura e transparência ao programa, por meio de chamamento público. Sugeriu que em seu lançamento seja direcionado a cada sub-bacia. Assim, salientou que a proposta apresentada trata-se de uma colaboração da ANA, uma contribuição, totalmente ajustável ao caso da Fundação. Ao destacar os principais pontos do edital, sugeriu-se incluir no item 3.3 outras instituições estaduais relevantes, como IEMA, IEF etc. Salientou que o edital deve trazer previsão do cronograma das ações por sub-bacia, conforme as prioridades definidas nos estudos. Chamou atenção aos critérios de pontuação que podem abranger aspectos como ordem de inscrição, cômputo de área de interesse ambiental (proporcional ao total em área da propriedade), existência de vegetação nativa na propriedade etc. Após a apresentação, a

Fundação questionou quais seriam os pontos críticos para sucesso do programa. Rossini apontou a qualidade do projeto, a fase de mobilização social e o pagamento pelos serviços ambientais como pontos basilares. Luciane (CBH-Doce) chamou atenção à necessidade de estreitar o canal de comunicação com os comitês dos afluentes. Gustavo propôs disponibilizar o documento para novas contribuições por 5 dias e que passe a ser chamado de “diretrizes mínimas” e não como edital. Luciane reforçou que sejam previstas as adequações às especificidades locais, às peculiaridades de cada sub-bacia. A Fundação registrou a preocupação de que os projetos fiquem pulverizados; propôs, assim, definir uma grande gleba que seja representativa sob o ponto de vista da restauração florestal. Gustavo sugeriu, como solução, incluir critérios da ecologia da paisagem, conectividade etc.

Encaminhamento: **Aprovado o documento**, aberto a colaborações por 5 dias, para posterior consolidação e encaminhamento ao CIF.

Antes da próxima apresentação, o analista do IEMA Vinícius pediu a palavra e solicitou **informações sobre o andamento do sistema de informações** previsto na Cláusula 184. Gustavo deu um informe sobre o WebGIS, mas salientou que este não deverá suprir todas as necessidades de gestão de todas as CT's, visto que seu objetivo principal é de visualização das ações em andamento, inclusive com acesso livre a toda a sociedade. Mas, destacou que é uma preocupação pertinente que deve ser melhor estudada para trazê-la a discussão. Propôs, assim, que o IEMA ou a CT-Biodiversidade busque a coordenação da CT-FLOR para se montar uma estratégia.

e) Apresentação sobre o estudo de diagnóstico dos viveiros apresentado pela Fundação (Cláusula 162) - Ana Alice, diretora DBFLO e Coordenadora CT-FLOR

Em seguida, Ana Alice (CT-FLOR) iniciou sua apresentação com a análise do IBAMA (Parecer nº IBAMA 02001.004464/2016-86 de 08/12/16) sobre o **estudo de diagnóstico dos viveiros** apresentado pela Fundação (Cláusula 162). Relembrou os termos da Deliberação CIF nº 14/2016 que solicita o levantamento dos viveiros existentes na bacia. Resumiu, em seguida, os dados apresentados no estudo submetido à coordenação da CT-FLOR. Representante da Fundação se manifestou concordando com as considerações e análises apresentadas sobre o estudo e informa que foram previstos visita aos viveiros e elaboração de um sistema com as informações georreferenciadas sobre a rede de viveiros. Salientou que a Fundação entende se tratar esta de uma ferramenta de gestão estratégica, frente às demandas previstas por mudas (250 mil em 2017). Informou ainda que está previsto o mapeamento de matrizes e áreas fonte de germoplasma.

Encaminhamento: todos concordaram com o encaminhamento das orientações presentes no Parecer IBAMA para complementações pela Fundação.

f) Apresentações e informes sobre andamento Programas Socioambientais (Fund. Renova)

Por fim, deu-se início às apresentações pela equipe da Fundação RENOVA, com informes sobre suas atividades, no âmbito dos programas socioambientais inerentes à CT-FLOR e outros programas socioeconômicos que apresentam interface com os de restauração florestal. Com relação à Restauração das APPs, Wilson e Álvaro (Fundação) apresentaram a situação das ações relacionadas às Cláusulas 124 ao 127 (**retomada das atividades agropecuárias**), sendo descritos brevemente os objetivos, premissas/restrições e entregas já realizadas (plantios, cercamento, plantios de cana e pastagem, silagem). Foi informado que este programa possui Fases Emergencial (silagem, cercamento, auxílio financeiro etc), relativo a Cláusula 125, e estruturada (atendimento às demandas ambientais e socioeconômicas para retomada das atividades), relativo a cláusula 183. Os indicadores utilizados eram: controle de irrigação, cartões de auxílio financeiro e emergencial, benfeitorias, controle alimentação animal. Demais informações a respeito se encontram na apresentação que será disponibilizada via Google Drive aos presentes.

Quanto ao **Programa de Implantação do CAR** (Cláusula 183) informaram da realização de workshops realizados na região. Até o momento, foram 261 propriedades a serem cadastradas, sendo que 92% das propriedades da Área Ambiental 1 estão com CAR realizado. Identificaram correlação com as Cláusulas 159, 160, 161, 163, 180 (PG017 + PG040). Comunicaram que entre os próximos passos (diagnóstico detalhado > planejamento > execução) serão abordadas as deficiências ambientais (ZAP), socioeconômicas (ISA), diversificação de fonte de renda (CAR), no âmbito do PASEA e do PRA. Como metodologia, informaram que tem sido adotada o ISA – Indicador de sustentabilidade em agroecossistemas (EMATER). Para os próximos meses, apontaram como objetivo definir os limites de APP para recuperação e as nascentes a serem recuperadas dentro do programa dos 2mil hectares. Foi informado que existe um cadastro preliminar das áreas alvo dessas ações na **ÁREA AMBIENTAL 1**, o qual foi solicitado que fosse disponibilizado a CT-FLOR.

Em seguida, Leonardo (Fundação) apresentou dados sobre a **Recuperação da Vegetação e Regularização de Calhas** (PG25) na **ÁREA AMBIENTAL 1** (Cláusula 158). Entre as premissas utilizadas, estão a definição de áreas de maior susceptibilidade; escolha da metodologia utilizada; definição de premissas para elaboração dos projetos (6-7 projetos tipo); mobilização de mão de obra e equipamentos; início das atividades. foram identificadas 16 áreas prioritárias, sendo 4 em áreas que serão alagadas pelos diques em implantação. Entre as Etapas estão abertura de acessos, controle de erosão, retomada das atividades produtivas, recuperação de tributários etc. Relembrou que a conclusão dos serviços estava prevista para julho de 2016. Nos Tributários, 12 encontram-se em execução, 60 concluídos, 24 a ser realizados e 04 sem acesso. Alegou que as medidas emergenciais nas áreas prioritárias as preparam para a restauração florestal. Por isso, externou preocupação com a disponibilidade de mudas, sendo previsto no planejamento para 2017 (slide 40) 150ha com 250mil mudas. Chamou a atenção para a necessidade de definição metas e indicadores para o programa de restauração florestal (Cláusula 158), com ferramentas formais de acompanhamento. Quanto ao atendimento da Deliberação nº 27 no que concerne o TR para mapeamento de áreas prioritárias, informou que foi finalizado o TR que está em vias de contratação (P0, P1 e P2).

Com relação à **Recuperação de nascentes**, foram apresentadas as premissas e restrições observadas, destacando entregas já realizadas: 128 nascentes cercadas, 459 com

insumos já recebidos e 513 mapeadas e com autorização. Ao apresentar o cronograma, salientou a necessidade de se antecipar a definição das 500 nascentes a serem contempladas no presente ano. Raquel sugere ser incluída previsão de sinalização com placas das nascentes cercadas e que se adote os critérios já definidos no curto prazo para a eleição das próximas 500 nascentes.

A título de informes, a Fundação comunica plano de trabalho para início de 2017 (Ver cronograma na apresentação). Destacou que em janeiro haverá um workshop para aprofundamento sobre a decisão sobre remoção do rejeito, envolvendo pesquisadores, consultores, MP e órgãos ambientais.

g) Pauta Próxima reunião

Definiu-se para a próxima reunião, a seguinte pauta, de forma preliminar:

- Apresentação do CBH sobre projetos pilotos propostos, previstos para serem desenvolvidos na região de Mariana-Barra Longa e Colatina- Linhares
- Apresentação IEF
- Apresentação IEMA

Em resumo, a título de **encaminhamentos** desta reunião, ficaram definidos os seguintes:

- i. Que a Fundação providencie:
 1. Encaminhar à coordenação da CT-FLOR sempre via protocolo a apresentação dos relatórios e informações citados em suas apresentações, para a análise devida e eventual comprovação de atendimento às notificações ou recomendações recebidas pelos órgãos ambientais;
 2. encaminhe à Coordenação relação dos integrantes das equipes responsáveis pelos programas socioambientais afins à CT-FLOR, indicando os pontos focais e seus contatos telefônicos e de email;
 3. informe a Coordenação, via preenchimento da planilha a ser compartilhada via Google Drive, os dados dos documentos protocolados em atendimento aos relatórios, ofícios ou solicitações encaminhadas, contendo, no mínimo, data e número de protocolo, resumo do conteúdo do documento, link para acesso aos arquivos anexos e indicação da cláusula, deliberação ou notificação a que se refere. A coordenação da CT-FLOR encaminhará à Fundação o link para acesso a essa planilha aos contatos indicados;
- ii. Critérios gerais e premissas para o PSA: a minuta de edital apresentada pela ANA será revisada e encaminhada para deliberação do CIF
- iii. Viveiros: as orientações para complementações serão encaminhadas à Fundação
- iv. Cabe Informar o CIF sobre entendimento de área de recarga
- v. Sugestão próxima reunião: em Brasília, buscar 10 antes da próxima reunião do CIF.

